

MODALIDADES DE INTERAÇÃO E VISÕES SOBRE OS PODERES PÚBLICOS¹

Marcos Otavio Bezerra²

A fim de buscar contribuir com a reflexão sobre o tema que a mim foi encaminhado; divido minha apresentação em três momentos. No primeiro, retomo formulações a respeito do modo como vejo a antropologia, sendo mobilizada para o estudo da política e defino a questão dos casos apresentados. Em seguida, examino dois conjuntos de acontecimentos relacionados ao poder público e à política, identificados em pesquisas por mim conduzidas. A última parte fica reservada para algumas notas conclusivas.

O quadro de investigações da antropologia social nos últimos anos exhibe um interesse renovado pelo estudo da política³. Amparadas em

¹ Gostaria inicialmente de congratular o prof. Ernesto Seidl pela iniciativa de organizar esta mesa, agradecer o convite para integrá-la e manifestar a minha satisfação de partilhar a discussão por ele proposta com os colegas presentes.

² Possui doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1998) e pós-doutorado na Ecole Normale Supérieure. Atualmente é professor Associado I da Universidade Federal Fluminense. (PPGA/UFF, CNPq)

³ Uma versão ampliada do ponto de vista aqui apresentado pode ser encontrado na resenha que elaborei do livro "Política no Brasil. Visões de Antropólogos", organizado por M. Palmeira e C. Barreira. Ver Bezerra, M. "Significados da Política". **Cadernos de Resenha da S.B.S.**, nº 1, ano 1, outubro de 2006.

diferentes perspectivas teóricas, mas essencialmente fundadas na etnografia e atentas à dimensão cultural da política, essas investigações trazem contribuições para uma área de estudos tradicionalmente associada à sociologia e à ciência política. Distingue-se destas, porém, entre outros aspectos, pela preocupação em refletir sobre a política em termos outros que não os fixados pelas definições e contornos oficiais; que no contexto dos estados-nacionais tem no Estado o seu principal formulador.

Como lembra Jacques Lagroye⁴, ressaltando o caráter arbitrário das atividades políticas, “la politique n’a pas toujours existé, ni partout, ni sous la même forme. Ses acteurs et ses règles, voire ses objets, ne sont ni les mêmes, ni également légitimes en tout lieu”. Assim, formas políticas como o Estado moderno e a democracia, apesar dos rótulos comuns, constituem realidades sociológicas diversas. À percepção da dimensão histórica e social da política segue, portanto, a interrogação a respeito das instituições, relações, práticas, concepções, significados, grupos e agentes a ela associada num determinado contexto.

Essa perspectiva não reificante da política e das atividades e conceitos que engloba – apresentada no projeto “Uma antropologia da Política: rituais, representações e violência”, desenvolvido pelo Núcleo de Antropologia da Política (NUAP), e explorada nos inúmeros trabalhos referidos ao projeto - é acompanhada da valorização da apreensão do modo como os próprios grupos e agentes sociais pensam e recortam as atividades políticas. Como chama atenção Joan Vincent na apresentação de sua coletânea de textos intitulada antropologia da política⁵, o vocabulário utilizado para pensar a política ainda se encontra fortemente colado à herança do movimento iluminista europeu do século XVIII. Isto pode ser observado no uso que se faz nas análises contemporâneas, sem maiores problematizações, de noções como Estado, comunidade, sociedade civil, sistema, cosmopolitismo e valores como o da modernidade. Nesse sentido, abordagens recentes da antropologia têm buscado contribuir para um refinamento das teorias e conceitos utilizados para a compreensão da política.

⁴ Lagroye, Jacques. **La Politisation**, Paris, Belin, 2003, p.4.

⁵ Vincent, Joan. **The Anthropology of politics. A reader in Ethnography, Theory and Critique**. Oxford/Malden, Blackwell Publishers, 2002.

A centralidade dos impostos e dos recursos públicos na formação dos Estados modernos é ressaltada por diversos autores⁶. O interesse em compreender como se efetua o acesso a esses recursos, levou-me num primeiro momento a destacar a importância das relações pautadas na lógica das relações pessoais no funcionamento da Administração Pública e, posteriormente, a partir do foco no orçamento federal, o lugar que tem o acesso aos recursos públicos na estruturação das redes políticas e, mais especificamente, na formulação de uma concepção específica da representação política⁷. Ao voltar ao meu material para a elaboração dessa comunicação, deparei-me com duas situações, a meu ver, interessantes do ponto de vista da reflexão sobre modalidades de interação com o poder público, acesso aos recursos públicos e concepções sobre o poder público e a política⁸. Descrevo a seguir estas situações, ressaltando, porém que, a meu ver, o valor analítico dos fatos descritos reside mais em seu caráter rotineiro do que extraordinário.

Essas situações remetem a pesquisas distintas. O primeiro conjunto de acontecimentos descrito se inscreve em pesquisa realizada, entre os anos de 1999 e 2001, sobre experiências de participação popular em gestões municipais. Ela transcorre em um dos municípios por mim estudados, situado na região Centro-norte do Estado do Rio de Janeiro. As informações reunidas, através de atas do Conselho, participação em reuniões e entrevistas cobrem um período de 3 anos (1998 a 2001). Meu interesse concentra-se na relação entre a prefeitura, o Conselho Municipal de Saúde e o único hospital privado existente no município.

⁶ A esse respeito, pode-se consultar, por exemplo: Tilly, Charles. **The Formation of National States in Western Europe**. Princeton, Princeton University Press, 1975; Elias, Norbert. **O Processo Civilizador. Formação do Estado e Civilização**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1993 e Bourdieu, Pierre. "Espíritos de Estado. Gênese e Estrutura do Campo Burocrático". **Razões Práticas**. São Paulo, Papirus Editora, 1996.

⁷ Ver, respectivamente, **Corrupção. Um Estudo sobre Poder Público e Relações Pessoais no Brasil**. RJ, Relume-Dumará/ANPOCS, 1995 e **Em nome das 'Bases'. Política, Favor e Dependência Pessoal**. Rio de Janeiro, Relume-Dumará/NUAP, 1999.

⁸ Para uma discussão sobre o Estado a partir de situações de interação com seus órgãos ver Gupta, Akhil. "Blurred Boundaries: the Discourse of Corruption, the Culture of Politics, and the Imagined State". **American Ethnologist**, vol. 22, nº2, 1995 e Borges, Antonadia. **Tempo de Brasília**. RJ, Relume-Dumará, 2003.

Tomei conhecimento das informações apresentadas no segundo caso no ano de 1996 durante realização de pesquisa sobre a participação de parlamentares na elaboração e execução do orçamento federal. Na ocasião em que acompanhava no Congresso Nacional as investigações realizadas pela CPI do orçamento (mais conhecida por CPI dos anões), tive acesso a documentos, apreendidos na casa de um funcionário de uma grande empreiteira, com informações sobre a atuação da empresa em órgãos governamentais e sua relação com parlamentares. Eles referem-se à sua atuação especificamente em estados e municípios do Nordeste e cobrem o período de 1991 a 1993. Utilizo esse material para examinar a relação da empreiteira com a Administração Pública.

“Ajudas” e Poder Público

Através da primeira situação, proponho analisar como transferências de recursos públicos para o hospital são apoiadas coletivamente e concebidas em termos de “ajudas”. O município em questão conta no ano de 2000 com uma população de 18.500 habitantes (IBGE, 2000). A economia local gira em torno dos pequenos estabelecimentos de serviço e comércio. A prefeitura é um grande empregador e seus programas e investimentos dependem das transferências estaduais e federais, que, em 2001, respondem por 75% da receita municipal. Encontram-se em atividade, no município, inúmeros Conselhos Municipais (Educação, Tutelar, Assistência Social, Agricultura, etc.). O Conselho de Saúde, o primeiro a ser criado em 1991, é tido, porém, como o mais importante. Isto se deve, sobretudo, ao fato de que entre suas atribuições encontram-se a gestão e fiscalização dos recursos destinados à saúde (que inclui 13% da receita municipal) e do hospital.

As informações de que disponho sobre o hospital indicam que sua origem resulta da iniciativa de membros da maçonaria, entidade que reúne notáveis locais e de onde saem candidatos a cargos eletivos. Detentor do título de entidade filantrópica, o hospital, no entanto, encontra-se em permanente crise financeira, o que se reflete, especialmente, no atraso de pagamento de médicos e funcionários e na dificuldade para a prestação de serviços. Essas dificuldades são tornadas públicas e a manutenção em funcionamento do hospital constitui para setores da população

um desafio freqüentemente renovado. Pedidos de auxílio financeiro, arrecadação de alimentos, realização de bingos, exposições, missas e cultos para promover a obtenção de recursos são algumas das iniciativas promovidas em nome do hospital. A centralidade social do hospital é acompanhada de sua centralidade política. Candidatos a cargos eletivos e autoridades políticas ocupam recorrentemente funções administrativas no hospital. A ele também recorrem membros do governo, vereadores e lideranças políticas com o objetivo de promover o atendimento médico necessário à sua clientela política. Esse lugar do hospital, no jogo político, é destacado por um dos representantes dos usuários no Conselho ao observar-me que o *“hospital sempre foi a galinha dos ovos de ouro. Todo político quer tirar proveito do hospital. A tônica do poder é hospital, hospital, hospital. O hospital nunca está bem de saúde”*. No âmbito do Conselho Municipal de Saúde, a importância do hospital torna-se evidente quando se consideram os temas priorizados em suas reuniões. Em 56 reuniões examinadas – 37 ordinárias e 17 extraordinárias – o hospital é de longe o tema mais recorrente, aparece em 38 reuniões. Se se consideram só as reuniões extraordinárias, ele é a razão de 9 delas. Relacionada ao hospital está também a questão dos trabalhadores da saúde e seus salários, mencionada, 29 vezes.

O predomínio destas questões explica-se em parte pela composição do conselho. O Regimento Interno do CMS estabelece que este dever ser composto por 12 membros efetivos, cabendo 50% das vagas aos usuários (6) e 50% ao governo, prestadores de serviços e profissionais de saúde (2 vagas para cada setor). Os representantes dos usuários são eleitos a cada dois anos por uma assembléia geral e os demais membros indicados pelas respectivas entidades.

Algumas informações sobre a inserção social de alguns membros do Conselho são importantes para a compreensão de seu funcionamento e articulação com os interesses predominantes no campo da saúde no município. Elas também deixam claro a circulação de pessoas pelo Conselho, hospital e a prefeitura. Flávia, ocupa uma das vagas de usuário, é técnica em enfermagem, preside o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos dos Serviços de Saúde, integra o Conselho desde sua criação e assume a sua presidência em outubro de 2001. Vitor, também é mem-

bro fundador do Conselho, é proprietário do único laboratório de análises clínicas na localidade (presta, portanto, serviços para o hospital), ocupa uma das vagas dos prestadores de serviço. Exerce a presidência do Conselho no período de 2000-2001. Célio é médico, membro do Conselho na gestão 1998-2000, nomeado secretário de saúde em abril de 1999 e presidente do CMS até 2000. Roberto é empresário e ocupa a segunda vaga dos prestadores de serviço na condição de presidente do hospital. Afasta-se temporariamente do CMS para candidatar-se (por uma coligação entre o PV-PT), sem sucesso, à prefeitura municipal em 2000. As duas vagas dos trabalhadores de saúde são indicadas pelo Sindicato dos Empregados, sob o controle de Flávia. As cinco vagas restantes dos usuários são ocupadas por representantes das seguintes entidades: Núcleo 8 de Março (organização de mulheres), Grupo Jovem de Ontem, SINDESPREV e Igrejas Metodista e Batista. Cabe destacar que a representante do Núcleo 8 de Março é irmã de Flávia. O representante da Igreja Batista é presidente do diretório municipal do PT (ao qual são filiadas Flávia e sua irmã) e candidato não eleito ao cargo de vereador nas eleições municipais de 2000. A relação entre os conselheiros é descrita como de colaboração e entrosamento, o que implica, por exemplo, trocas de apoio mútuos e acordos prévios às reuniões.

As ações do Conselho e da prefeitura em favor do hospital inscrevem-se, portanto, nesse esforço coletivo de manutenção de seu funcionamento e na composição desses diferentes interesses interdependentes, constituídos em torno do hospital. Isto ajuda a explicar o fato dos serviços e recursos transferidos pela prefeitura serem objeto de certo consenso e concebidos por conselheiros e autoridades em termos de “ajudas”.

Estas “ajudas” constituem itens de uma cadeia de serviços mútuos entre o hospital e a prefeitura. Elas designam especificamente as ações desta em benefício do hospital. As ações do hospital (e do Conselho), quando nomeadas, recebem a designação de “colaboração” ou “contrapartidas”. Essas “ajudas” não são pontuais, acumulam-se ao longo do tempo e assumem diferentes formas: transferências de funcionários para o hospital, verbas, material hospitalar, medicamentos, etc. Elas ocorrem no âmbito de um contrato formal ou à margem dele. No primeiro caso, as “ajudas” são enquadradas na linguagem estatal e transformadas em sub-

venções e convênios. A manutenção destas “ajudas” ocorre apesar das mudanças de governo, do secretário de saúde, dos conselheiros e do presidente do hospital.

Vejam os alguns desses momentos. Em junho de 1998, a Secretaria de Saúde fecha o único posto de atendimento médico localizado no centro do município. Isto dá origem a dois problemas: a realocação dos funcionários do posto e o aumento da procura do ambulatório do hospital. Os funcionários, pagos pela prefeitura, são cedidos temporariamente para o hospital. Quanto ao aumento dos pacientes do ambulatório, prevalece o entendimento no Conselho de que se trata de um ônus imposto pela Secretaria de Saúde que deve, portanto, ser compensado. Assim, é a própria secretária de saúde quem propõe ao Conselho a aprovação de um repasse de recursos para o ambulatório. Para viabilizá-lo, ela prontifica-se a utilizar a cota de recursos federais transferida ao município para a implementação de ações básicas (PAB). Trata-se, no entanto, da utilização dos recursos em ações não previstas no programa federal. Apesar da proposta implicar um desvio dos propósitos do programa, o argumento de que o município possui outras necessidades predomina, e o Conselho aprova por unanimidade a proposta. Graças a uma outra sugestão da secretária, é dispensada também a realização de um convênio para que o repasse seja efetuado.

Um fato recorrente quando da posse de um novo presidente do hospital ou secretário de saúde é a definição de um novo aporte de recursos ou de um programa de “ajudas” ao hospital. Ao assumir a Secretaria de Saúde em abril de 1999, o Dr. Célio, na condição também de presidente do CMS, realiza um novo convênio. Aprovado pelo Conselho, a prefeitura se compromete a repassar cerca de R\$ 12 mil ao hospital por um período de cinco meses. Além dos recursos, o novo secretário, lembra, durante uma reunião, que a prefeitura “ajuda” o hospital de diversos modos, como compra de medicamentos, disponibilização de viaturas e que “*muitas coisas não são contabilizadas*” (Atas do CMS). O ano de 2001 inicia-se com a posse do prefeito reeleito e a indicação de um novo secretário de saúde. Como ocorreu com seus antecessores, em sua primeira participação nas reuniões do CMS, este informa que o hospital encontra-se em “crise” e anuncia o compromisso do prefeito com o “re-

passse” de uma verba de “socorro urgente”. O repasse de R\$ 50 mil é efetuado em duas parcelas .

Dois meses depois de aprovado o novo repasse, o presidente do hospital, através do secretário de saúde, encaminha uma nova proposta para ser examinada pelo Conselho. Com a finalização de obras efetuadas no ambulatório, é colocada em discussão a proposta de que a Secretaria de Saúde alugue um andar do mesmo para que monte ali o seu Posto de Atendimento Médico no centro da cidade. Este substituiria o posto desativado há alguns meses. Segundo o secretário, o aluguel do espaço “*só vem trazer muitos benefícios ao povo em matéria de atendimento médico*” (Atas do CMS). A proposta de aluguel do espaço por cinco anos e a um valor mensal de dois mil reais é aprovada pelo Conselho.

Não constitui novidade o fato do Executivo Municipal ter sua autoridade reconhecida, através da distribuição de recursos, serviços e favores. O que é interessante, neste caso, é que a transferência contínua de recursos públicos de diferentes formas e através de procedimentos questionáveis do ponto de vista do direito público seja defendida e aprovada pelo CMS. Pode-se explicar essas condutas, argumentando que seus membros não têm preparo técnico para fiscalizar, estão “cooptados” pelo executivo ou não dispõem do arsenal de categorias e dispositivos políticos que lhes permitam interpretar essas trocas, por exemplo, em termos de apropriação privada de recursos públicos, favorecimento ou corrupção. Estes, a meu ver, são argumentos que não se sustentam. Lembro, nesse sentido, que no período aqui considerado, o município ainda está imerso nas discussões que conduziram ao afastamento definitivo do ex-prefeito por denúncias de corrupção. Processo esse no qual o CMS teve participação ativa. Creio, portanto, que é no lugar social, ocupado pelo hospital e nos interesses recíprocos que ele mobiliza que se pode buscar uma melhor compreensão sobre os fluxos de recursos e serviços aqui focalizados e sua concepção em termos de “ajudas” e “contrapartidas” do poder público, isto é, formas aceitáveis de conduta socialmente.

Negócios, Política e Poder Público

As informações disponíveis sobre a atuação da empreiteira são especialmente interessantes quando se considera que elas remetem a práticas e visões a respeito da Administração Pública. Trata-se de uma percepção sobre o Estado e a política, fundada em interações de representantes da empresa com funcionários e autoridades políticas em virtude da prestação de serviços ao poder público. É esse ponto de vista, construído a partir de negócios realizados com o poder público que me interessa ressaltar. Minha atenção é dirigida para as ações e relações mobilizadas pela empresa com o objetivo de garantir que obras públicas de seu interesse sejam contempladas com recursos federais. Concentro-me em situações em que está em jogo a destinação de recursos para municípios (mas os mesmos procedimentos podem ser identificados também em obras realizadas pelos governos estaduais). Para isso, a empresa organiza uma estrutura com diferentes equipes que lhe permitem atuar simultaneamente nos âmbitos municipal, estadual e federal; nos Poderes Executivo e Legislativo e acompanhar o processo orçamentário durante sua elaboração e execução. As ações da empresa concentram-se em duas frentes que se sobrepõem: a primeira diz respeito às medidas administrativas necessárias à obtenção dos recursos; a segunda, a construção de apoio político para sua obtenção.

O trabalho de adequação das demandas de recursos às exigências formais da Administração Federal junto às prefeituras faz parte das orientações e tarefas que a empresa executa em favor de seus clientes. Estes são permanentemente informados a respeito das decisões tomadas pela Administração Federal e das exigências que necessitam ser atendidas pela prefeitura para que suas demandas tenham chances de serem atendidas. Em nome da prefeitura, a empresa, entre outros aspectos, cuida da preparação das solicitações a serem encaminhadas, elabora o conteúdo dos ofícios, realiza estudos de viabilidade técnica das obras para as quais os recursos são destinados e elabora planos de trabalho por ocasião da liberação dos recursos. Esse contato com a prefeitura é importante ainda do ponto de vista da definição da programação das obras. A orientação aos funcionários da empresa é que procurem intervir na definição das obras a serem realizadas. Isto deve ser efetuado, levando-se em

consideração informações sobre a disponibilidade de recursos federais e a capacidade da empresa de encaminhar seus interesses no âmbito dos ministérios.

A reunião de informações sobre a situação financeira do Estado e a elaboração do processo orçamentário coloca para a empresa a necessidade de manter um contato contínuo com os ministérios e o Congresso. Essas informações são essenciais, por um lado, para que as demandas de recursos estejam de acordo com as prioridades estabelecidas pelo Executivo e Legislativo e, por outro, para que a empresa possa intervir nas etapas que envolvem as decisões relativas à alocação dos recursos. Entre os meios utilizados para se reunir estas informações e intervir no processo estão os contatos mantidos com funcionários que ocupam posições-chave. Isto faz com que a empresa, por exemplo, invista no mapeamento dos funcionários que ocupam no Congresso as funções de assessoria no orçamento. O nome de assessores, secretárias, telefones, endereços residenciais e datas de aniversário são informações que constam entre os documentos apreendidos. Estas pessoas são alvos de um trabalho de aproximação, efetuado pelos funcionários da empresa. Como relata o então diretor da Assessoria da Comissão de Orçamento do Congresso durante seu depoimento à CPI, estes fazem “relações públicas”: apresentam-se, procuram ser simpáticos, puxam conversas. Esse trabalho de “envolvimento” dos assessores e funcionários do Legislativo e Executivo é realizado, ao longo do tempo, e, de forma sutil. Mas a empresa promove também encontros com estes funcionários (seus “interlocutores”) como forma de dispor de informações necessárias. A pauta de uma reunião durante o almoço, em 1992, de um representante da empresa com o diretor da Assessoria da Comissão de Orçamento acima referido, mostra o interesse desta na obtenção de informações sobre os primeiros momentos da discussão da proposta orçamentária no congresso: número de subcomissões, definição dos relatores, número de emendas que os parlamentares poderão apresentar e as fontes de recursos ministeriais que serão canceladas. Em outro documento, é recomendado que se mantenha um “diálogo permanente” com o diretor. Este e o Diretor da Secretaria de Orçamento Federal, do Ministério do Planejamento, são os convidados para proferirem palestras nos escritórios da empresa no Rio de

Janeiro e Salvador. Assim procedendo, a empresa reúne informações do processo ao mesmo tempo no Legislativo e no Executivo. Esse acompanhamento e intervenção, nas várias fases, asseguram à empresa uma visão completa do processo que, por sua vez, é experimentado de modo fragmentado pelos próprios funcionários em função de suas participações pontuais.

Esse trabalho de reunião de informações, adequação das solicitações às exigências formais e intervenção nas decisões administrativas é acompanhado da construção de apoio político às obras. O modo como esse apoio é obtido pela empresa remete, pode-se dizer, a seu conhecimento prático da lógica política.

Mensagens e ofícios de parlamentares acompanham regularmente as solicitações de recursos de interesse de prefeituras encaminhadas pela empreiteira. Eles são dirigidos principalmente aos ministérios. Em 1992, por ocasião de uma mudança ministerial, a empresa orienta seus funcionários para que providenciem ofícios atualizando os pleitos. Essa orientação e os termos do ofício são reveladores da visão da empresa sobre as relações políticas. Nele é determinado que seja *“reiterado o pleito do estado/município com ação parlamentar cujo apoio seja identificado pelo governo”* (9/10/1992). Dois aspectos devem ser retidos: a necessidade do apoio parlamentar à solicitação e que o parlamentar preferencialmente apoie o governo. O parlamentar que assina o ofício, por sua vez, apresenta sua solicitação como parte do trabalho de representação. Assim, lê-se: *“venho reiterar reivindicações das populações carentes do meu estado”*.

Um momento-chave de concentração das ações nos ministérios é quando da preparação de suas propostas orçamentárias. Apesar de o processo orçamentário reservar um período para a intervenção dos parlamentares, alguns, por orientação da empresa, são estimulados a apresentarem seus “pedidos” aos ministérios. O expediente é conhecido como um meio de “carimbar” os recursos. Acredita-se que a inclusão das obras na proposta do órgão executivo facilita o trabalho no Congresso.

O trabalho de mobilização de parlamentares ganha força durante o trâmite da proposta orçamentária no Congresso. A expectativa em relação aos parlamentares mobilizados pela empreiteira é que eles apresentem emendas, alocando recursos e defendam as propostas e interesses

das empresas junto aos diferentes relatores. Funcionários da empresa, por sua vez, acompanham o andamento das emendas, através do contato com parlamentares, assessores e técnicos. A definição do parlamentar a ser mobilizado para a apresentação ou defesa de determinada emenda obedece, especialmente, à lógica político-eleitoral. Nesse sentido, o parlamentar deve ser da região no qual a obra será executada e que o mesmo tenha bom contato com o cliente da empresa (prefeito ou governador). Desse modo, a ação do parlamentar e da empresa, inscreve-se nas expectativas que unem parlamentares, lideranças locais e governo.

As ações dos parlamentares voltam a se deslocar para os órgãos ministeriais quando se trata de assegurar a liberação dos recursos. O pedido do parlamentar é novamente importante por duas razões: primeiro, a liberação dos recursos é associada a uma demanda política, e não à empreiteira; segundo, esta é uma forma, nos termos do Diretor da Assessoria de Orçamento do Congresso, “do governo agradar determinado parlamentar e dessa forma haver troca de favores, de ser beneficiado com votações, fidelidade”.

A percepção da ação política como ação naturalmente orientada para a busca de recursos e defesa de interesses das localidades representadas pelos parlamentares é apresentada pelo funcionário da empreiteira, em cuja casa os documentos foram apreendidos, como explicação para a presença do nome de parlamentares nos documentos e anotações apreendidos. Diz:

É natural, ilustre senador, que um programa sendo prioritário no estado, todas as pessoas que têm projeção política, que têm compromisso com a comunidade, queiram ver aquele projeto deslanchar. Eu tenho certeza que o senhor irá defender os programas de Sergipe, independentemente do partido político que o senhor apoia, porque, em Sergipe, se as forças políticas, pela sua dimensão, não saírem em busca do seu estado, seria lastimável (CPMI do Orçamento, Manoel Ailton S. do Reis, 06/12/93, p.30).

Observa-se, portanto, que a empresa move-se na rede de relações que une prefeitos, governadores, parlamentares e autoridades governa-

mentais. Suas ações, desse modo, ao mesmo tempo, adequam-se e reforçam essa concepção específica da representação política que sustenta as expectativas em torno da obtenção e distribuição de benefícios para os integrantes das redes políticas dos parlamentares.

Notas Conclusivas

Gostaria de concluir ressaltando alguns pontos:

- O primeiro diz respeito ao valor analítico das situações, como as mencionadas acima, em que estão em jogo modalidades distintas de interação/encontros com o poder público e a política. A partir delas é possível ir além de suas definições formais e apreender o Estado e a política a partir das relações efetivas que mantêm com segmentos da população e os significados que lhes são atribuídos nesses contextos. Como, por exemplo, a visão do poder público que inclui uma relação em termos de “ajudas” e “contrapartidas” ou da representação política como distribuição de benefícios. A abordagem descentralizada dos órgãos estatais permite que este seja conceptualizado em termos menos homogêneo.
- Outro aspecto refere-se à idéia de pensar as relações com o poder público e a política, como práticas culturais. Este termo tem o mérito de nos lembrar que a interação com o poder público exige um conhecimento sobre como se conduzir: é preciso ter o domínio das exigências formais, conhecer os canais para encaminhamento das demandas, saber apresentá-las nos termos adequados (“ajudas”, “pleitos”) e dominar as formas de abordagem dos funcionários, técnicos e políticos, entre outros aspectos. O domínio da linguagem, dos gestos, das fórmulas próprias a cada situação são importantes para que um determinado comentário ou gesto não seja interpretado como ofensa, desrespeito, insinuação, etc.
- Enfim, gostaria de lembrar que a força analítica de situações como as apresentadas acima, reside no fato de que dependendo do ponto de vista adotado, as condutas podem ser lidas como legítimas ou ilegítimas, lícitas ou ilícitas. Aqui, as fronteiras entre as práticas aceitáveis ou não são fluidas e sobrepõem-se. O risco de que

as ações possam ser interpretadas a partir de registros opostos é grande. As “ajudas” para o hospital, por exemplo, também são vistas como favorecimento. Acompanhar o modo como as ações e visões relacionadas ao poder público e à política são classificadas e transformadas ao longo do tempo, parece-me um bom caminho para pensarmos no modo como suas fronteiras são permanentemente redefinidas.

Bibliografia

- BEZERRA, Marcos Otávio. *Corrupção. Um Estudo sobre Poder Público e Relações Pessoais no Brasil*. RJ, Relume-Dumará/ANPOCS, 1995
- _____. *Em nome das 'Bases'. Política, Favor e Dependência Pessoal*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará/NUAP, 1999.
- _____. "Significados da Política". *Cadernos de Resenha da S.B.S.*, nº 1, ano 1, outubro de 2006.
- BORGES, Antonadia. *Tempo de Brasília*. RJ, Relume-Dumará, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. "Espíritos de Estado. Gênese e Estrutura do Campo Burocrático". *Razões Práticas*. São Paulo, Papirus Editora, 1996.
- ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador. Formação do Estado e Civilização*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1993
- GUPTA, Akhil. "Blurred Boundaries: the Discourse of Corruption, the Culture of Politics, and the Imagined State". *American Ethnologist*, vol. 22, nº2, 1995.
- LAGROYE Jacques. *La Politisation*, Paris, Belin, 2003.
- TILLY, Charles. *The Formation of National States in Western Europe*. Princeton, Princeton University Press, 1975.
- VINCENT, Joan. *The Anthropology of politics. A reader in Ethnography, Theory and Critique*. Oxford/Malden, Blackwel Publishers, 2002.